



ACÓRDÃO Nº738/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11401/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Pedro Florencio Filho (Gestor), Cleitman Rabelo Coelho (Gestor) e Silvio Mouzinho Pereira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8409/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP. Exercício de 2017.

Regularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Pedro Florencio Filho**, Secretário de Estado no período compreendido entre 01/01 e 13/01 do exercício de 2017, na forma do art. 22, I da Lei Orgânica nº 2423/1996;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Cleitman Rabelo Coelho**, Secretário de Estado de Administração Penitenciária, no período compreendido entre 13/01 e 31/12 do exercício de 2017 e do **Sr. Silvio Mouzinho Pereira**, Secretário Executivo e ordenador de despesas, no período de 24/01 a 31/12 do exercício de 2017;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Cleitman Rabelo Coelho** no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), com fundamento no art. 53, parágrafo único da Lei nº 2423/1996, atual art. 54, VII atualizado pela Lei Complementar Estadual nº 204/2020 c/c art. 308, VI do Regimento Interno, em razão das impropriedades não sanadas constantes no item 35.1 do Relatório/Voto que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o



ACÓRDÃO Nº738/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Silvio Mouzinho Pereira no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), com fundamento no art. 53, parágrafo único da Lei Estadual nº 2423/1996, atual art. 54, VII atualizado pela Lei Complementar Estadual nº 204/2020 c/c art. 308, VI do Regimento Interno, em razão das impropriedades não sanadas constantes no item 35.1 do Relatório/Voto que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Determinar à Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP, que, em suas obras, emitam tempestivamente as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's requeridas na Lei Federal nº 8666/1993;

10.6. Dar ciência deste Acórdão ao **Sr. Silvio Mouzinho Pereira**, ao **Sr. Pedro Florência Filho** e ao **Sr. Cletman Rabelo Coelho**, para que tomem as medidas que entender cabíveis;

10.7. Recomendar à Secretaria de Controle Externo - SECEX/TCE/AM que dê ciência às Comissões de Inspeção que procederem inspeções ordinárias "in loco" ou analítica via sistema e-Contas/TCE na Unidade Orçamentária em epígrafe, para que observem se há reincidência nas restrições lançadas, alertando que, caso persistam, deverão ser passivas de aplicação de multas pela Corte de Contas aos responsáveis pelas execuções das despesas, na forma prevista no art. 54 da Lei nº. 2.423/96.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº738/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 22 de Julho de 2020.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral